



<b>Veículo: Globo.com</b>	<b>Data: 13/05/2013</b>	
<b>Editoria: País</b>	<b>Coluna: -</b>	<b>Página: -</b>

## Em 14 Assembleias Legislativas, salários em sigilo

· Casas não informam folhas de pagamento em sites; só duas cumprem lei

TÓPICOS DA MATÉRIA: LEI DE ACESSO

TWEET



COMENTAR



EZEQUIEL FAGUNDES E MARCELO REMÍGIO (EMAIL)

Publicado: 13/05/13 - 8h00 Atualizado: 13/05/13 - 8h59

Levantamento feito pelo GLOBO aponta que as assembleias de São Paulo, Minas Gerais, Paraná, Goiás, Piauí, Maranhão, Sergipe, Alagoas, Tocantins, Pará, Amapá, Mato Grosso do Sul, Pernambuco e Rondônia não disponibilizam em seus sites a relação de servidores, comissionados, terceirizados e parlamentares com seus respectivos salários. Em alguns, a divulgação das informações foi parar na Justiça. Servidores das assembleias de São Paulo e Paraná conseguiram liminares que impedem a relação de nomes acompanhados de salários.

### No Amapá, dados sigilosos

O Ministério Público do Amapá e o Legislativo travam, desde outubro de 2011, uma queda de braço para que a Assembleia disponibilize em seu site informações sobre salários, verbas de representação, gastos dos 24 deputados, compras e pagamentos por serviços. A Casa conseguiu, na Justiça, prorrogar por duas vezes o prazo. O MP recorreu com nova ação e a Justiça determinou abril deste ano como data limite para o serviço, prazo novamente descumprido.

A Assembleia do Amapá chegou a promover o lançamento do link “transparência” há um ano e seis meses. Mas o MP contestou a divulgação por não serem disponibilizadas informações completas sobre gastos de manutenção, últimas compras e salários de parlamentares, cargos comissionados, funcionários temporários e efetivos. A Assembleia do Amapá informou que seu site passa por reformulação e os dados serão divulgados. No entanto, não foi informado o prazo.

Em nota, a Assembleia de São Paulo divulgou que em seu site é possível “consultar as remunerações, de acordo com os cargos”. Medida judicial impede a postagem da relação individual dos servidores e salários. O mesmo foi alegado pela Assembleia do Paraná. Já a de Goiás diz que a publicação de salários e titulares fere a privacidade. A Assembleia do Acre informou que verificaria o motivo dos dados estarem em sigilo, assim como a do Mato Grosso do Sul. Ambas as Casas não encaminharam as respostas até o fechamento desta edição.

O Legislativo de Minas Gerais, por meio de nota, apontou entendimento diferenciado da nova legislação. Pela interpretação da Casa, a Lei de Acesso à Informação não determina a divulgação individualizada.

<http://oglobo.globo.com/pais/em-14-assembleias-legislativas-salarios-em-sigilo-8370561>